

VIVÊNCIAS DE JOVENS TRANSMASCULINOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Maria Clara Teresa Fernandes Silveira¹

Francisco Alves de Oliveira Júnior²

Lila Cristina Xavier Luz³

Resumo

O presente artigo é resultado de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório que aborda vivências de masculinidades transexuais em jovens universitários na cidade de Teresina. A investigação deu-se por meio da análise de discurso dos relatos autobiográficos em vídeo-depoimentos produzidos no documentário "Felicidade no olhar transbordou", realizado por meio do Núcleo de Pesquisa sobre Crianças, Adolescentes e Jovens da Universidade Federal do Piauí (NUPEC-UFPI). A investigação é feita em diálogo com estudos de gênero e juventudes, evidenciando como esses estão interligados, bem como uma análise a respeito de políticas afirmativas de inserção de pessoas transgênero em instituições educacionais de ensino superior no Brasil, como a possibilidade de uso do nome social em 2015 e a retificação de nome e gênero em 2018. Conclui-se que as vivências juvenis de homens trans são perpassadas por situações de vulnerabilidade e risco social e, mesmo com ações afirmativas, como as citadas, ocorrem violências institucionais e até mesmo agressões diretas, essas motivadas por preconceito movido por um discurso de ódio contra transgêneros.

Palavras-chave: Juventudes. Transmasculinidades. Universidade.

Experiences of young trans man at the Federal University of Piauí

Abstract

This paper is the result of a qualitative exploratory research that addresses the experiences of transsexual masculinities in college students in the city of Teresina. The investigation took place through the analysis of autobiographical reports in video-testimonies - composed in the documentary "Happiness in the look overflowed", produced and released by NUPEC - Center for Research on Children, Adolescents and Youth of the Federal University of Piauí - UFPI. The investigation is carried out in dialogue with gender and youth studies, showing

¹ Mestre em sociologia e bacharel em serviço social pela Universidade Federal do Piauí. Membro do Núcleo de Pesquisas sobre Criança, Adolescentes e Juventude (NUPEC/UFPI); membro do Núcleo de Estudos de Gênero e Desenvolvimento (Engendre/UFPI). Email: profmariaclarateresa@gmail.com;

² Realizador audiovisual e pesquisador em sociologia da arte. Mestre em Sociologia pela UFPI e doutorando em sociologia pela UFC. Membro do Núcleo de Pesquisas sobre Criança, Adolescentes e Juventude (NUPEC/UFPI). [Email:oliveirajunior.contato@gmail.com](mailto:oliveirajunior.contato@gmail.com);

³ Doutora em Serviço Social (PUC/SP). Professora e Pesquisadora em dedicação exclusiva na Universidade Federal do Piauí (UFPI-BR). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Criança, Adolescência e Juventude (NUPEC/UFPI). E-mail: lilaluz@ufpi.edu.br.

Vivências de jovens transmasculinos

how these are interconnected, as well as an analysis of affirmative policies for the insertion of transgender people in higher education educational institutions in Brazil, such as the possibility of using the social name in 2015, and the correction of name and gender in 2018. It is concluded that the youth experiences of trans men are permeated by situations of vulnerability and social risk and, even with affirmative actions, such as those mentioned, institutional violence and even aggressions occur direct, also motivated by prejudice, driven by hate speech against transgender people.

Keywords: Youths. Transmasculinities. College.

Experiencias de jóvenes transmalas en la Universidad Federal de Piauí

Resumen

Este artículo es el resultado de una investigación exploratoria cualitativa que aborda las experiencias de masculinidades transexuales en estudiantes universitarios de la ciudad de Teresina. La investigación se llevó a cabo a través del análisis de relatos autobiográficos en videos-testimonios – compuestos en el documental “La felicidad en la mirada desbordada”, producido y difundido por NUPEC – Centro de Investigación sobre Niños, Adolescentes y Jóvenes de la Universidad Federal de Piauí – UFPI . La investigación se realiza en diálogo con los estudios de género y juventud, mostrando cómo estos se interconectan, así como un análisis de las políticas afirmativas para la inserción de personas transgénero en las instituciones educativas de educación superior en Brasil, como la posibilidad de utilizar el nombre social en 2015, y la corrección de nombre y género en 2018. Se concluye que las vivencias juveniles de los hombres trans están permeadas por situaciones de vulnerabilidad y riesgo social y, aún con acciones afirmativas, como las mencionadas, se producen violencia institucional e incluso agresiones. directa, también motivada por el prejuicio, impulsada por el discurso de odio contra las personas transgénero.

Palabras clave: Jóvenes. transmasculinidades. Colega.

Introdução

O documentário Felicidade no olhar transbordou⁴ (NUPEC/LABCINE) é uma ação do “Observatório das Juventudes Rurais e Urbanas”, um projeto de pesquisa e extensão vinculado ao Núcleo de Pesquisa sobre Crianças, Adolescentes e Jovens – NUPEC – da Universidade Federal do Piauí – UFPI, junto ao Coletivo de produção audiovisual independente LABCINE. A produção teve dois cortes, o primeiro e mais amplo contou com vídeo-depoimentos gravados sob mediação do pesquisador Marcondes Brito (UFPI/NUPEC/COVIO-UECE). Porém, nem todo o material gravado foi incluso no produto final do documentário (FELICIDADE..., 2020), por problemas técnicos com áudio e imagens, mas ficaram presentes na primeira versão (NUPEC, 2019) que foi exibida, seguido de debate, em uma das atividades realizadas no âmbito da 15ª Semana do Orgulho de Ser, em agosto de 2019, na cidade de Teresina – PI.

O filme é uma obra que traz os relatos autobiográficos de três jovens transmasculinos que moram na cidade de Teresina, estado do Piauí, dois estudantes da Universidade Federal do Piauí e um estudante de ensino médio. Optou-se por analisar apenas os relatos dos rapazes que são estudantes da Universidade, visto que o principal objetivo da pesquisa deste artigo é abordar o impacto da identidade de gênero nas vivências de jovens transmasculinos que frequentam espaços socioeducacionais do meio universitário da UFPI e, principalmente, investigar como foi, na prática, a garantia do direito ao uso do nome social nesta Instituição de Ensino Superior (IES).

Por essa razão, a metodologia consiste em analisar, por meio da análise do discurso, os vídeo-depoimentos. Foi utilizado como aporte teórico para a revisão bibliográfica autoras e autores que dissertam sobre as temáticas gênero, juventudes e transmasculinidades, como (CONNELL; PEARSE 2015), (ÁVILA, 2014), (SILVEIRA, 2021), (SANTOS, 2020).

Juventudes transmasculinas: processos sociais na ordem de gênero

As categorias “Juventudes” e “Gênero” são temas estudados em pesquisas acadêmicas no âmbito das ciências humanas e sociais.

⁴ Ficha Técnica do Filme: Direção: Oliver; Pesquisa: Marcondes Brito, Marvin Wallace e Maria Clara Teresa Fernandes Silveira; Roteiro: Marcondes Brito e Oliver; Fotografia e Montagem: Oliver; Técnico de Som: Elton Bastos; Produção: NUPEC, Marvin Wallace, Lila Luz, Marcondes Brito, Aurora e LabCine; Depoentes: Daniel Valente, Armando Angelim e Gael Victor. Teaser do documentário disponível em: <https://youtu.be/fdzWnGx-ZY8>, acesso 18 de junho de 2021.

Vivências de jovens transmasculinos

No entanto, mesmo que esses temas estejam inter-relacionados – visto que na arena da socialização todos os seres humanos são dotados de diferenças sexuais e geracionais – estudos sobre grupos juvenis com recorte de gênero ainda são escassos. Gênero e juventudes são categorias determinantes para o tornar-se dos sujeitos:

[...] podemos dizer que usamos a idade e o sexo/gênero dos sujeitos para posicioná-los socialmente, dando-lhes determinados status e construindo padrões de comportamentos que acreditamos serem adequados para homens e mulheres de cada idade. Estes posicionamentos estão diretamente ligados à construção de identidades, e por isso a abordagem dos jovens enquanto sujeitos plenos, agentes com identidades, só pode ser alcançada por uma perspectiva que não despreze a dimensão fundamental do gênero. (MULLER, 2019, p. 215).

A autora destaca ainda que, por mais que gênero e juventudes sejam categorias bastante próximas, os estudos de juventude geralmente não apresentam uma perspectiva de gênero. Segundo ela, esse fato decorre de dois aspectos: “O primeiro, está relacionado com o movimento ‘fundador’ e propagador da noção de gênero – o feminismo – que tem deixado de lado as classificações etárias [...]. O segundo ponto se refere aos próprios estudos sobre juventude” (MULLER, 2019, p. 217, grifos da autora). A partir dessa afirmação, podemos inferir que há uma tendência ao ocultamento do reconhecimento da existência das diferenças de gênero nas juventudes.

Do mesmo modo, a tendência também se aplica aos estudos sobre transexualidade, com intensificadores. Machado (2017), em suas conclusões na dissertação de mestrado, afirma que a literatura sobre transexualidade em sua maioria é sobre pessoas adultas, logo é preciso estudar como o recorte da juventude está sendo entendido como um momento legítimo da entrada na dimensão afetivo-amorosa e do afastamento do *ethos* familiar.

Nesta pesquisa, para discutir, principalmente, o que diz respeito às questões de gênero, adotamos a perspectiva estruturalista de Connell e Pearse (2015). As autoras trazem três visões conflitantes sobre os significados da diferença reprodutiva. Afirmando que nenhuma das abordagens é suficiente ou satisfatória para compreender o problema, sintetizam sua teoria: “O gênero é a estrutura de relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 48). As autoras afirmam que corpos têm

Vivências de jovens transmasculinos

agência – ao mesmo tempo que são objetos – e são construídos socialmente, assim, análises biológicas e sociais não podem ser separadas uma da outra.

Trazendo essa discussão para as questões e demandas vinculadas especificamente às juventudes, compreender que os corpos têm agência é compreender que os jovens são ativos nos processos sociais. Os rapazes transmasculinos, atores nos videodepoimentos, apesar das dificuldades enfrentadas, sempre se mostraram agentes transformadores nos processos sociais que estavam enfrentando.

No contexto da estrutura dominante de gênero, a transexualidade aparece como sujeita a situações de risco pessoal e social. A “[...] transexualidade é uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero [...]” (BENTO, 2008, p. 18). Bento (2008) afirma também que essa definição vai de encontro àquelas dadas pela medicina e psicologia, que tendem à patologização.

As especificidades da masculinidade em identidades transexuais masculinas são produzidas através de diferentes vivências. Homens trans (transhomens, *Female to male* – FTM, dentre outras nomenclaturas) também estão inseridos na estrutura de produção capitalista, convivem com o racismo estrutural, estão sujeitos às normativas legais dos seus países, dentre outros fatores (SILVEIRA, 2021).

Ainda de acordo com a pesquisadora, a grande maioria dos estudos sobre transexuais referem-se, especificamente, às mulheres trans e travestis, ou generalizam a transexualidade de forma a não abordar, adequadamente, homens trans. A realidade evidencia um paradoxo, visto que esses sujeitos, cada dia mais, estão presentes em nossas sociedades, e a fase da juventude é um momento crucial, uma vez que, como de costume, é reconhecida como aquela que põe em cheque a renovação de práticas sociais em busca de aceitação e mudanças. Além disso, esses sujeitos prosseguem na vida adulta, na condição de idosos ou até mesmo antes, quando ainda crianças, interpretados como incapazes de expressar suas identidades.

Ávila (2014) afirma que transexuais masculinos têm menos visibilidade social que mulheres trans, embora já reconheça uma crescente visibilidade. Para ela, três hipóteses podem explicar esse processo. A primeira expressa certo reconhecimento acerca de demandas de direitos para transexuais, sendo uma delas a resolução do Conselho Federal de Medicina que autorizou cirurgias de histerectomia pelo Sistema Único de Saúde – SUS.

Vivências de jovens transmasculinos

Embora essa resolução explicita uma patologização da transexualidade, também garante o direito de acesso dessa população a serviços públicos que materializam seus desejos de adequação corporal de forma segura (com acompanhamento de uma equipe de saúde especializada), acesso, notoriamente, dificultado às pessoas trans, como percebe-se nos discursos produzidos no documentário em análise, precisamente na fala de D.

A segunda hipótese refere-se à publicação de autobiografias, sendo João W. Nery o grande precursor no Brasil. Esse relato trata da história do autor como o primeiro homem trans que passou por procedimentos cirúrgicos de readequação de gênero, abordando suas vivências e experiências no Brasil dos anos 70/80.

Essas representações sobre masculinidade trans foram se modificando com o passar dos anos, no sentido de aumentar a quantidade, com mais sujeitos relatando suas histórias e, conseqüentemente, maior participação social. Todavia, com o advento das tecnologias de comunicação e um maior acesso à internet, cresceram o número de canais no *Youtube*, *blogs*, bem como grupos nas redes sociais tratando sobre o tema.

O documentário aqui investigado é um exemplo de como a construção de espaços para tratar sobre vivências como a transmasculinidade é uma forma de contribuir para o enfrentamento de preconceitos – tendo como referências espaços de formação como escolas e universidades. Nesse sentido, o cinema pode ser um instrumento interessante da potencialização dos discursos frente às limitações presentes nos processos sociais.

É no contexto da terceira hipótese de Ávila (2014) – a criação da Associação Brasileira de Homens Transexuais, ou seja, a organização desses sujeitos em grupos – que foi observado, na cidade de Teresina, o surgimento de grupos como a Associação de Homens Trans Masculinos (ATRAMS) – “Visamos igualdade e nos posicionamos de forma horizontal, plural e não partidário. Somos corpos políticos”⁵, o Coletivo 086 “Coletivo piauiense LGBTQIA+”, focado em mostrar as partes marginalizadas da sociedade, e o Voz e vez!⁶, tendo esse último, inclusive, produzido e exibido um documentário sobre vivências trans, o “Transdoc”, exibido pela primeira vez na cidade de Teresina, na data 29/01/2020 (que

⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/atramsoficial/>. Acesso em 07/09/2020 às 12:19

⁶ Disponível em: https://instagram.com/coletivo086?utm_medium=copy_link. Acesso em: 08/06/2021

Vivências de jovens transmasculinos

também é comemorado o dia da visibilidade trans), produzido e protagonizado por pessoas trans (SILVEIRA, 2021).

Esses coletivos têm participado em diferentes espaços que discutem a importância do respeito e reconhecimento das demandas desse segmento por políticas públicas que considerem seus direitos à saúde, reconhecimento de suas identidades, trabalho, dentre outros. Eles vêm ocupando cada vez mais espaços na cidade, por vezes, de natureza política, seja nas rodas de conversas, de lazer, de trabalho. Inserções que expressam a visibilidade e importância do debate.

As pesquisas acadêmicas precisam estar presentes para contribuir com informações, problematizando-as no sentido da compreensão e respeito às diferenças para potencializar o enfrentamento às desigualdades de gênero tão presentes no âmbito de nossa juventude e sociedade como um todo.

Dessa forma, especificamente sobre homens transgêneros em espaços educacionais, podemos destacar a tese doutoral de Adelaide Santos (2020), que ao argumentar sobre o espaço socio-educacional, dialoga sobre como a postura pedagógica pode funcionar como um reforço a ideologias dominantes. No caso, ela afirma que essa ideologia é a (cis) heteronormatividade. Além disso, faz uma abordagem evidenciando que a escola e a universidade também funcionam como um espaço reprodutor de desigualdades, tanto no acesso quanto na permanência. No Brasil, a situação vem ocorrendo por desigualdades de gênero, raça e classe.

As desigualdades existentes no que tange o fenômeno educacional não são pautadas somente nas desigualdades de classe, mas também, a mesma lógica pode ser pensada em relação à outras categorias. Como afirma Santos e Rabelo (2012), além de as desigualdades estarem relacionadas à pobreza, trabalho precário e desemprego, elas também estão relacionadas ao reconhecimento de grupos em desvantagem social. Desta forma, se a educação e a sociedade estão relacionadas e, se viver em sociedade é viver na heterossexualidade, como afirma Wittig (1992), a compreensão da consolidação da educação brasileira – (cis)heteronormativa, em especial o ensino superior, se faz pertinente. (SANTOS, 2020, p. 119).

Ao observar como se estrutura o sistema educacional brasileiro é possível fazer algumas observações sobre como esse se estrutura e está preparado para inserir e manter pessoas transgêneros no ambiente escolar e universitário. Santos (2020) faz uma trajetória das políticas educacionais no Brasil, em especial as da educação

Vivências de jovens transmasculinos

superior. De acordo com ela, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995–2003), o Plano Nacional de Educação (PNE) já incluía intenções de aumento do número de vagas IES, porém as ações foram de caráter neoliberal e insuficientes para uma real democratização do ensino, pois focavam em como diminuir gastos por aluno e na ampliação do Ensino a Distância (EAD), acompanhando a lógica neoliberal.

Foi então no Governo Lula que houve uma maior democratização do acesso às IES. As políticas educacionais afirmativas de inclusão de pessoas de baixa renda, estudantes de escola pública, bem como cotas raciais transformaram o espaço das IES em um ambiente mais plural e acessível. Mas também é, igualmente, importante tratar sobre as políticas de permanência, que devem ser pautadas no princípio da diversidade, visto a pluralidade dos sujeitos inseridos nesse ambiente.

[...] Segundo o Art. 206, inciso I, o ensino será ministrado baseado nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Ainda, entre as Diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), está a ‘superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação’ (Art. 2, inciso III). Entretanto, o que se configura no que tange a educação brasileira historicamente é a dificuldade que pessoas trans enfrentam cotidianamente para a sua efetiva permanência através do espaço escolar, como podemos evidenciar nos trabalhos de Barbosa (2015) e Ornat (2008) e o acesso e a permanência nos espaços educacionais de nível superior, evidenciado no trabalho de Scote (2017), Santos (2017) e Nascimento (2018), revelando falhas no que concerne um ensino baseado na igualdade de condições de acesso e permanência como disposto no Art. 206, inciso I, da Constituição Federal de 1988 e na superação de desigualdades educacionais e erradicação de todas as formas de discriminação como disposto nas Diretrizes do PNE. (SANTOS, 2020, p. 121)

Visto isso, podemos citar a adoção do uso do nome social como uma política de respeito a identidades trans dentro das IES. Na UFPI, a política supracitada foi implantada a partir da resolução Nº 003/15 do Conselho universitário que “Aprova a utilização do nome social na universidade Federal do Piauí – UFPI, para travestis e transexuais.” (UFPI, 2015).

Silveira (2021), em pesquisa sobre transmasculinidades em Teresina – Pi, através da análise de narrativas de vida, destaca que foi, principalmente, a partir de 2015 que homens trans passaram a ter mais espaço e aparecer na cidade, fato esse que mostra uma mudança na ordem de gênero local, influenciada por diversos fatores, inclusive geracionais:

Vivências de jovens transmasculinos

Com os resultados destaca-se o impacto da ordem de gênero ter ocorrido de modo diferente em relação aos mais jovens e os mais velhos. A visibilidade da identidade transmasculina junto aos participantes no cenário nacional e, mesmo local, ajudou os mais jovens a se reconhecerem como tal ainda na adolescência. Além disso, conseguiram acessar os direitos relativos à "transição", mais cedo. Isso, não significa dizer que não tiveram problemas familiares ou em outros espaços. Os mais velhos passaram por um processo de transição mais tardio (quando comparado aos primeiros) e destacam nas narrativas que ser homem trans é difícil. Eles também só conseguiram ter acesso aos direitos e a possibilidade de existir como homem trans no mesmo período temporal que os mais novos, pós adolescência, ou seja, passaram mais tempo tendo conflitos com a própria identidade e com familiares e outros espaços sociais. (SILVEIRA, 2021, p. 93).

A autora destaca ainda que esse contexto se comunica com as conquistas relacionadas ao uso do nome social a nível local e nacional. Em matéria jornalística divulgada no Portal eletrônico Meio Norte (2014), é reconhecida a aprovação do uso do nome social na UFPI como uma conquista do movimento estudantil, através da mobilização da comunidade acadêmica – que contribuiu com um abaixo assinado com cerca de 500 assinaturas, essas entregues para a reitoria da instituição. A partir disso, foi então articulada uma parceria com a OAB Piauí e com a comissão de diversidade sexual que elaboraram a proposta da Resolução e a defenderam perante o conselho universitário.

Até então se ampliava nacionalmente a utilização do nome social, política essa que facilitava a inclusão e o respeito à dignidade da pessoa trans, no entanto, insuficiente, pois era apenas uma forma de mascarar o nome do registro civil que permanecia o mesmo.

Foi somente em 2018 que se tornou, legalmente, possível fazer a alteração do nome civil e gênero em documentos oficiais (RG, CPF, Certidão de nascimento, dentre outros), fato esse possibilitado através de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) por meio de uma Ação Direta por Inconstitucionalidade (ADI 4257):

O Supremo Tribunal Federal decidiu no dia 1º de março 2018, que é possível a alteração de registro civil por travestis e transexuais sem que seja necessária a realização de procedimento cirúrgico. A decisão foi feita na ação direta de inconstitucionalidade ADI 4275 ajuizada pela Procuradoria Geral da República para que o artigo 58 da Lei 6.015/1973 (a lei de registros públicos) fosse interpretado de acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana previsto na Constituição Federal, permitindo a alteração do nome e gênero no registro civil por meio de averbação no registro original. (ANTRA, 2018, p. 2).

Vivências de jovens transmasculinos

A conquista relatada também veio através da mobilização de movimentos sociais e permite que hoje seja possível mudar o nome civil e o gênero diretamente em documentos oficiais. Ou seja, principalmente para aqueles que ainda não ingressaram no ensino superior, se torna possível se vincular à IES com o nome alterado, sem precisar utilizar a resolução do nome social, evitando constrangimentos.

Esse contexto se relaciona com outras conquistas que impactam diretamente nas vivências transexuais no Brasil, como afirmou Ávila (2014), no caso, o processo transexualizador do SUS, tendo a atenção básica como porta de entrada, pautada nas diretrizes da integralidade, atenção multiprofissional e humanizada (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

Assim, foi por meio de processos de mudanças e conquistas que, no ano de 2019, surge, no NUPEC, o interesse em explorar mais sobre a vivência de jovens transmasculinos, como ação do projeto *Observatório da juventude*, materializado, posteriormente, no documentário *Felicidade no olhar transbordou* (2020), além do primeiro corte (NUPEC, 2019), que foi exibido na semana do orgulho de ser, na cidade de Teresina.

No capítulo a seguir é feita uma investigação exploratória sobre os relatos de D. e A., presentes no documentário, como explicado anteriormente na introdução. Essa pretende relacionar de que forma as vivências juvenis dos rapazes, no espaço socioeducacional da UFPI, se relacionam com a identidade de homem trans, no contexto sociopolítico de ações afirmativas, como a política do uso do nome social e a ADI de retificação civil de nome e gênero.

Vídeo-Depoimentos: transmasculinidades na Universidade Federal do Piauí

Os relatos obtidos em vídeo depoimento (ou documentário) estão aqui sendo analisados em forma de transcrições. Foram gravados por pesquisadores em um tempo e contexto específico, entre o ano de 2019 e 2020, com estudantes da Universidade Federal do Piauí. Então, o olhar e o objetivo já são, em sua natureza, um problema sociológico:

É importante assinalar que o vídeo não é mera transcrição da realidade em imagens; há que se considerar o olhar de quem filma, seu posicionamento diante do que está sendo registrado, seus recortes, enquadramentos, escolhas. Muitas

Vivências de jovens transmasculinos

vezes, é necessário ter outro pesquisador operando a câmera, sobretudo quando o trabalho de campo exige uma atuação direta do pesquisador junto aos sujeitos da pesquisa [...]. (GARCEZ; DUARTE; EISENBERG, 2011, p. 254).

É importante realçar que esses mecanismos de manipulação da imagem são evidenciados entre o primeiro e segundo corte do filme, ambos apresentados, no qual o segundo corte está cada vez mais direcionado às escolhas dos realizadores do filme. “Esse conjunto de mecanismos que agem na interferência entre mecanismo/máquina e o sonho/ligados à equipe de produção no processo fílmico está atrelado ao conceito de representificação. (OLIVEIRA JR., 2021, p. 49). A *representificação* é o processo de mediação no qual a imagem passa pelas interferências dos realizadores do filme na construção do discurso (MENEZES, 2017).

Uma gravação em vídeo permite que pesquisadores apreendam detalhes não acessíveis em outras fontes de pesquisa. “Os usos da imagem e do som, nos estudos em Sociologia, ajudam a revelar as peculiaridades, sutilezas, ausências, que outros métodos pouco exibiriam acerca de determinado objeto” (OLIVEIRA JR., 2021, p. 60). O documentário em análise tem origem em uma investigação desenvolvida no âmbito de um projeto de pesquisa do NUPEC, como mencionado anteriormente. Os relatos são ricos de significados. É possível absorver tudo que foi relatado por meio de um facilitador empático, obtido pelo conjunto de técnicas de gravação.

O interessante é que os sujeitos da pesquisa também estão inseridos com um olhar treinado. Aqui referidos por D. (Sujeito 01) e A. (Sujeito 2). D. é estudante de Ciências Sociais e A., além de graduado em história, é acadêmico do curso de Serviço Social, ambos ativos na militância de movimentos sociais – o que pode ser identificado em seus relatos – o olhar analítico sobre as próprias vivências.

No contexto social heteronormativo em que vivemos, a transexualidade é demonizada, como um desvio de caráter. Os sujeitos, nesse sentido, são estigmatizados, passando pelos processos do estigma descritos por Goffman (2004). A regra não admite, o que foge é marginalizado. Simbólica e violentamente coagidos, esses sujeitos são expostos às mais diversas vulnerabilidades e riscos sociais. Butler (2018) faz uma importante reflexão sobre a vida, ou melhor, sobre o que é necessário para ter direito a ela. Em síntese, é uma discussão para explicar o porquê de algumas vidas serem consideradas mais importantes, sendo essas passíveis de luto e empatia, enquanto as outras estão sujeitas à

Vivências de jovens transmasculinos

precariedade porque não se enquadram naquilo que é necessário para se considerar uma vida.

Uma vida específica não pode ser considerada cessada ou perdida se não for primeiro considerada uma vida. Se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras. (BUTLER, 2018, p. 13).

Partir de uma discussão sobre o que qualifica uma vida é relevante para compreender de que forma as estruturas de gênero atuam na desumanização de corpos não normativos e como certas práticas de gênero destoam não só daquilo que é ser homem ou mulher, mas literalmente do que é humano. Acreditamos que essa é uma das causas mais profundas do preconceito e da precarização da vida de transexuais, ou seja, se aquele corpo lhe é estranho, normativamente destituído da capacidade de gerar empatia, desejo, amor, ou como afirma Butler (2018), serem passíveis de luto, as violências que ele sofre não geram compreensão, compaixão – são normalizadas.

A juventude é marcada por conflitos familiares e, sozinha, já é um contexto de vulnerabilidades. Cada geração possui signos, vivências, pensamentos e posturas que podem ser conflituosos no convívio de pessoas de gerações diferentes. A visibilidade das identidades transgênero e o reconhecimento social dessas (e por parte do Estado) é recente, por mais que a discussão seja antiga, como foi visto no capítulo anterior. De que forma a Resolução do uso do nome social, bem como a ADI 4257, que possibilita a retificação de nome e gênero no registro civil, impactaram nas vivências trans dentro da Universidade?

Análise dos relatos

D. contou sobre como foi o seu processo de se compreender como homem e diversas dificuldades que enfrentou por conta do preconceito, sendo para ele, um momento de dificuldades em compreender a si próprio. Conflitos com o corpo e normas sociais de gênero que normalizam corpos e práticas cisgêneros, em contrapartida à transgêneros – vistos como uma problemática, o anormal – são reflexos de uma estrutura normativa de gênero, como afirmam Connell; Pearse (2015). As dificuldades relatadas por D. perpassaram suas vivências desde a infância, resultando em alguns conflitos familiares e, destacado aqui para esta pesquisa,

Vivências de jovens transmasculinos

conflitos no espaço socioeducacional da Universidade. Relatou então constrangimentos que enfrentou para, institucionalmente, ter seus direitos garantidos, como o uso do nome social, com todas as retificações no sistema da IES, na lista de frequência em sala de aula e onde mais fosse necessário:

Quando eu entrei na universidade, eu ainda não usava hormônios, 2016. [...] fui até a coordenação do curso para requerer o uso do nome social. O que me foi passado pela coordenadora da época que isso não acontecia na universidade federal [...], sendo que isto é lei na universidade desde 2015. [...] isso me desmotivou completamente do curso [...]. Eu ia passar um constrangimento diário, com horário e data marcada. Eu tinha que conversar com o professor para o professor ter a boa vontade de lembrar e arrumar na chamada. Com alguns foi tranquilo, com outros, não. É horrível cara [...]. Teve momentos que eu não tive como chegar antes do professor chegar, ele ia fazer a chamada [...], na hora que ele foi fazer a chamada, eu [levanta a mão] professor, posso falar com o senhor? – Não, espere um momento aí, deixe eu fazer a chamada depois a gente conversa [...], isso a turma inteira ouvindo, a turma inteira já sabia o que era. Eu levantei, morrendo de medo e fui até o professor e falei: professor, eu sou um homem trans e gostaria que o senhor alterasse o meu nome na chamada, porque ainda não foi mudado. [D. imita a fala e a voz do professor] “ahhh, você é um homem trans, é a primeira vez que isso acontece comigo nessa disciplina, meu deus, como é que está seu nome aqui na chamada?” – [D. responde] “professor, é nome tal, tem como o senhor botar do lado, D.”. [...] em outras aulas ele fazia questão de... teve uma vez que ele falou assim: “Mas é porque eu tenho um questionamento, como é pra você, D., ser um homem trans, sabendo que no corredor da universidade, entre os professores também, você é assunto?” Eu não sabia disso. Eu fiquei calado [...]. (D, NUPEC, 2019).

Com a fala é possível observar que ocorreram violências institucionais em um período no qual já era legalmente assegurado o uso do nome social na IES. Como destacou D., é possível apreender, também, que na resolução 003/15 (UFPI, 2015) ficou estabelecida a possibilidade de utilização do nome social, mas não foi feita uma capacitação dos profissionais da instituição para que esses a soubessem utilizar, ou até mesmo ter conhecimento da existência. Conforme visto no relato, D. afirma que a coordenadora do curso declarou que não existia essa resolução na UFPI, somente na Universidade Estadual do Piauí, instituição que aprovou o uso do nome social antes da citada IES.

O rapaz continua com o relato e afirma que ingressou na IES no ano de 2016 e, depois de vários processos burocráticos, constrangimentos e afins, só conseguiu ter o seu direito de retificação do nome garantido em 2018. Portanto, dois anos após a solicitação de um direito que lhe era assegurado e, sobre isso, afirma: “E desses dois anos, um deles foi perdido [...] eu vinha pra

Vivências de jovens transmasculinos

universidade e não conseguia entrar dentro de sala, não conseguia abrir a porta pra entrar.” (D, NUPEC, 2019).

Isso reforça a transfobia institucionalizada, pois a IES – assim como o sistema de funcionamento burocrático público como um todo –, se mostram sem preparo para lidar com diversidade de gênero. No entanto, D. afirma que, finalmente, conseguiu mudar o nome e ser chamado como desejava em sala de aula:

[...] para as pessoas cis, ser chamado na hora da chamada é normal [...], mas pra mim, pra gente, é outra coisa [...]. Não consigo nem descrever como foi o professor me chamando pela primeira vez de D. na chamada [...], antes o que eu via como um momento de tortura [...], quando ele chamou meu nome corretamente parecia que estava todo mundo escutando meu nome [...] foi incrível. (D, NUPEC, 2019).

É nítida a melhora na qualidade de vida quando um direito, que já era assegurado, finalmente é garantido, assim como é claro observar que a burocracia e morosidade geram desconfortos. A. também enfrentou algumas dificuldades, quando ingressou na UFPI, em 2015, quando ainda não se declarava como homem. O processo de transição se deu aos olhos de toda a comunidade acadêmica, e A. afirmou ter dificuldades em retificar o nome e também sofreu constrangimentos na hora da chamada, durante as aulas.

A Universidade não te dá um suporte pra tu ser quem tu é aqui dentro, entendeu? Tipo, aconteceu isso [...], o que eu vou fazer, onde vou reclamar? Não existe uma ouvidoria onde eu vá ser bem recebido. Sobre as pessoas também [...] não tem uma discussão na universidade sobre as pessoas trans, da vivência trans... até o fato de você estar fazendo esse documentário já ajuda bastante a suscitar um debate dentro da universidade, porque não existe [...]. A gente muda o nome no registro acadêmico, mas só no sistema meu nome a aparece [...]. Quando eu vou emitir um documento pra fora, tipo atestado de matrícula [...] vem com meu nome antigo, e pra mim conseguir retificar toda a minha documentação, pois já dei entrada, já tirei a certidão de nascimento, pra adentrar é muito processo burocrático [...]. Se fala muito aqui da conquista do uso do nome social, mas o nome social, de acordo com a resolução, é bem restrito, só pra dentro da sala de aula, o nome na chamada e no Sigaa. Isso pra mim não é abrangente, é algo que tem que ser questionado e mudado, e só com a união das demais pessoas que tem vivências iguais a minha, ou seja, pessoas trans, que isso pode mudar. (A, FELICIDADE..., 2020).

Ao falar sobre a falta de discussão sobre a transexualidade no ambiente da IES, A. evidencia que, pelo despreparo dos

Vivências de jovens transmasculinos

funcionários, de modo geral não há até mesmo uma conscientização acadêmica sobre o respeito à diversidade, não existe um espaço para fazer reclamações sobre a ineficiência da resolução do nome social. As formas que permanecem para enfrentar o problema são iniciativas independentes, como a do documentário, que ampliam a discussão para outros espaços importantes. O relato também evidencia outras limitações da Resolução, que somente se aplica em determinadas situações, permanecendo o uso do nome antigo em outras. Ao se pensar sobre a ADI, sobre a permissão da mudança do registro do nome civil, essa também aparece como, extremamente, burocrática e, mesmo quando feita, como no caso de A., demora muito para ser efetivada.

Frente ao exposto, identificamos violências institucionais. Ao serem questionados se é difícil ser transexual na universidade, D. relatou:

[...] esse ano eu estava vindo alí do RU [restaurante universitário] e tava vindo eu, minha namorada do meu lado e meu amigo do outro [...], um rapaz passou e falou assim [gritou]: tá me olhando por que? pensa que eu não sei que tu é mulher? Eu não entendi o que ele disse, porque eu não estava olhando para ele. Três rapazes que vinham atrás da gente sorriram dele: esse cara tá drogado, tá dizendo que tu é mulher. E eu gelei, não soube o que fazer. Mesmo sendo um cara que está em uma associação [ATRAMS], levantando a bandeira [...] eu não soube como reagir. [...] Todo dia quando eu passo ali, tenho medo de alguém gritar alguma coisa. É foda cara, eu tenho que comer!. (D, NUPEC, 2019).

Para além das questões institucionais e burocráticas ainda existe uma violência mais explícita, uma agressão direta, como relatado por D., um discurso de ódio e desrespeito à identidade transgênero. Agora, no espaço da rua, esses jovens transitam mais por lugares antes não conhecidos. São espaços que, no geral, a diversidade juvenil é incompreendida e, obviamente, desrespeitada por fugir dos padrões. Importa destacar que a juventude possui diversos significados no convívio social.

Um dos elementos constitutivos da imagem do jovem na sociedade, do que é real e permitido, daquilo que vai ser odiado e rejeitado é o discurso dominante – cada dia mais acessível através da internet e redes sociais. Uma grande área das ciências humanas e letras se volta para análises de discurso, buscando investigar as ideologias por detrás daquilo que está sendo dito e propagado, sendo Foucault um dos principais teóricos:

Vivências de jovens transmasculinos

A formação discursiva apresenta-se como um conjunto de enunciados que não se reduzem a objetos linguísticos, tal como as proposições, atos de fala ou frases, mais submetidos a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, ciência, teoria, etc. Essa noção, presente na obra de Foucault, é derivada do paradigma marxista formação social, formação ideológica, e a partir daí, formação discursiva. Haja vista, que o que foi definido como “formação discursiva” esconde o plano geral das coisas ditas no nível específico dos enunciados. A análise das formações discursivas e de seu sistema de positividade em relação ao elemento do saber concerne somente a certas determinações dos acontecimentos discursivos. Segundo Foucault (1969, p. 135) “Um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo”. Pode-se então agora, dar sentido a definição do “discurso”. (AZEVEDO, 2013, p. 155).

No Brasil, existe um discurso ideológico conservador que emana, principalmente (mas não somente), do poder político que está, atualmente, no poder do Estado (governo Bolsonaro). Ao se justificar com ideais de religiões evangélicas cristãs, esse tipo de discurso propaga a aversão a pessoas LGBTQIA+, atrasando políticas sociais afirmativas no combate às desigualdades estruturais de gênero e sexualidade, promovendo uma legitimação de discursos de ódio contra essa população.

Esse discurso se infiltra nos mais diversos meios de socialização, como a família, que no caso de A., relatou que tinha uma relação conflituosa com a mãe, essa demonstrando bastante resistência em “aceitar” ou “respeitar” a identidade de gênero do rapaz. Esse discurso também se infiltra nas relações institucionais da universidade, quando os rapazes relatam a dificuldade em fazer a adequação do nome e gênero nos documentos oficiais e lista de chamada, desinformação por parte de professores e funcionários. Esses exemplos denunciam uma estrutura transfóbica, burocracias e demoras que impuseram sofrimento.

Observando o relato sobre as vivências e as dificuldades ligadas, especificamente, a ser um homem trans, é possível concluir que a identidade de gênero é fator determinante na trajetória de vida dos participantes, como afirma Silveira (2021, p. 93):

As práticas de gênero, que são norteadas pelos padrões de masculinidade hegemônica, privilegiam a dominância de homens cisgênero sobre mulheres, e também sobre outros homens – estes últimos por questões econômicas, raciais, etárias e identitárias enfrentam uma série de discriminações sociais para serem reconhecidos como homem. Ou seja, homens trans precisam de um esforço diferente de homens cisgênero para existir enquanto homem, um esforço que adentra a corporificação, pois o sexo destes o classificam enquanto fêmea e o conflito social das suas existências é justamente a não inteligibilidade do sexo e do gênero.

Retomando um ponto importante, quando A. afirma que somente a junção de outras pessoas transgênero pode fazer uma diferença nessa realidade, essa é uma fundamentação de importância para a existência de associações e movimentos políticos nas universidades, como a ATRANS e outros coletivos LGBTQIA+. D. afirma que essas funcionam como uma parceria, ajudando a diminuir os impactos das violências sofridas.

Eu me sinto acolhido dentro da associação [...] é muito importante, é um projeto que eu não vou abrir mão nunca. foi dentro dessa associação que eu comecei a sentir menos vergonha do que eu sou, foi nela que tive contato com outros homens trans, conhecendo eles foi que eu tive oportunidade de estar em eventos, locais que só esteja a gente [...]. (D. FELICIDADE..., 2020).

Tais associações, coletivos e os mais diversos grupos de jovens são importantes na afirmação da identidade juvenil, A., por exemplo, relata que se reconheceu como homem trans diante da convivência com outros rapazes trans. São demandas de lazer, espaço, trabalho e, no caso da ATRAMS, o reconhecimento da identidade masculina – de forma subjetiva e perante a sociedade. Por mais que essa associação não seja, especificamente, voltada para a juventude, a maioria dos membros, bem como as ações realizadas, recebem esse público com mais frequência.

Conclusão

A experiência juvenil transmasculina se assemelha com a experiência cisgênero no fato de haver conflitos intergeracionais, na luta por afirmação como pessoa jovem, na busca da independência financeira. Mas essas características, ao mesmo tempo, se diferenciam nas experiências cis e trans porque ser trans não está de acordo com as normativas impostas pelo discurso dominante. A juventude trans tem de lidar com violências motivadas pela cis-norma e a heterossexualidade compulsória.

Os usos do recurso audiovisual na investigação auxiliaram na análise dos discursos emitidos pelos entrevistados, motivados pela possibilidade de um registro de suas falas que poderá ultrapassar barreiras e chegar a espaços onde suas questões poderão ser difundidas e discutidas. A participação no processo do documentário também se mostrou crucial na investigação, na compreensão dos modos de representação de homens trans.

Vivências de jovens transmasculinos

Nas narrativas investigadas, podemos observar diversos momentos nos quais ser trans foi a justificativa da violência, seja na família, seja na universidade. Por serem jovens que ainda não possuem uma independência financeira e moram com familiares, os conflitos intergeracionais incluíram a afirmação de que pessoas que viveram o momento de juventude no passado tiveram outro contato com a transexualidade, tiveram outra percepção sobre o que é uma pessoa trans, visto que o discurso dominante sempre foi transfóbico. Nos dias de hoje, existem mais informações, direitos a serem garantidos e, mesmo assim, o preconceito e a violência estrutural (no caso da Universidade, institucional) ainda são uma realidade.

Foi visto que, nas vivências de D. e A, a Resolução do uso do nome social, bem como a ADI que permite a mudança de nome e gênero no registro civil são perpassadas por falhas e trâmites burocráticos que tornam o processo muito demorado, o que gera sofrimento emocional naqueles que utilizam esses serviços.

É essencial que o Estado, bem como as iniciativas privadas se responsabilizem a garantir proteção adequada por intermédio da garantia de direitos e ações afirmativas para que as vivências trans não mais sejam sinônimo de sofrimentos. As garantias de direitos mencionadas não devem ser só medidas que venham a remediar a situação, mas a efetiva criação de políticas públicas afirmativas de atenção a homens e mulheres trans e cisgênero que tratem de identidades, violência de gênero, masculinidade tóxica, etc. O reconhecimento da dignidade e cidadania vai muito além de políticas sucateadas, incompletas, como a do nome social. Há, portanto, uma necessidade de transformação societária, de mudanças nas estruturas dominantes.

Referências

ANTRA. **Projeto eu existo**: alteração do registro civil de pessoas transexuais e travestis. alteração do registro civil de pessoas transexuais e travestis. 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/03/cartilha-alterac3a7c3a3o-nome-e-genero.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2021.

ÁVILA, Simone Nunes. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem**: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo. 2014. 243f. Tese (Doutorado) – Curso de Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

AZEVEDO, Sara Dionizia Rodrigues. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. **Filogênese. Marília: UNESP**, v. 6, n. 2, 2013.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

Vivências de jovens transmasculinos

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero uma perspectiva global:** Compreendendo o gênero – da esfera pessoal à política – no mundo contemporâneo. 3. ed. São Paulo: Nversos, 2015. Tradução e revisão técnica: Marília Moschkovich.

FELICIDADE no olhar transbordou. Direção: Oliver. Produção: Marcondes Brito; Lila Xavier; NUPEC; LABCINE. P&B/Cor, 2020. (16 min.).

GARCEZ, Andrea; DUARTE, Rosalia; EISENBERG, Zena. Produção e análise de vídeo-gravações em pesquisas qualitativas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 2, p.249–262, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n2/v37n2a03.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

MACHADO, Brena O'dwyer Spina da Rosa. **A construção do gênero nas relações amorosas: um estudo com mulheres transexuais jovens e o processo de feminização**. 2016. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Saúde; Epidemiologia; Política, Planejamento e Administração em Saúde; Administra) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MENEZES, P. **Sociologia e Cinema:** Aproximações teórico-metodológicas. Teoria e Cultura, v.12, n.2, p.17–36, jul./dez 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12375>. Acesso em: 4 abr. 2021

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013.** Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Diário oficial, Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em: 06 ago. 2021.

MULLER, Elaine. Juventude e algumas questões e relações de gênero. **Revista de Humanidades**, Rio Grande do Norte, v. 11, n. 5, p. 214–244, jul. 2019.

NERY, João. W. (2011). **Viagem solitária:** memórias de um transexual trinta anos depois. São Paulo: Leya.

NUPEC, **Felicidade no olhar transbordou.** Primeiro corte apresentado em atividades socioeducativas da “Semana do orgulho de ser” do ano de 2019. Direção de Oliver. Teresina, 2019.

OLIVEIRA JR., F. A. de. **Narrativas contra-hegemônicas:** A Sociologia e o Cinema das imagens de resistência em Bacurau. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí. Acesso em dezembro de 2021.

PROVIMENTO N.73, DE 28 DE JUNHO DE 2018. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3503>. Acesso: 01/08/2019.

SILVEIRA, Maria Clara Teresa Fernandes. **Quando o espelho não me representa:** transmasculinidades na ordem cisgênero em teresina-piauí. 2021. 104 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Sociologia, Ufpi, Teresina, 2021.

STF – **ADI: 4275 DF – DISTRITO FEDERAL 0005730–88.2009.1.00.0000**, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 01/03/2018, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-045 07-03-2019.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. **Vidas que desafiam corpos e sonhos:** uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade. 2009. 226f. Tese

Vivências de jovens transmasculinos

(Doutorado) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

UFPI. Resolução nº 003/15, de 31 de março de 2015. **Aprova a utilização do nome social na universidade Federal do Piauí – UFPI, para travestis e transexuais.**

Teresina, PIAUÍ, Disponível em:

https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Resolucao_03.15_CONSUN_Nome_Social.pdf. Acesso em: 06 ago. 2021.

Uso do nome social é aprovado pela Universidade Federal do Piauí. 2014.

Disponível em: <https://www.meionorte.com/noticias/uso-do-nome-social-e-aprovado-pela-universidade-federal-do-piaui-262866>. Acesso em: 06 ago. 2021.